

Nova de Gaia — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal do Comércio de Lisboa;

Fernando Jorge Ribau Lino, Escrivão Auxiliar do Tribunal do Comércio de Lisboa — autorizada a permuta para idêntico lugar da secretaria do Tribunal de Comarca e do Tribunal de Família e de Menores de Vila Nova de Gaia.

Prazo para início de funções: 2 dias

6 de fevereiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

207602047

Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.

Aviso n.º 2142/2014

Faz-se público que dada a inexistência de candidaturas ao concurso interno de ingresso para ocupação de um posto de trabalho na categoria de técnico ajudante de 2.ª classe de medicina legal, da carreira não revista de técnico ajudante de medicina legal, aberto pelo aviso n.º 10264/2013, publicado no DR, 2.ª série, n.º 156, de 14 de agosto, o mesmo deve considerar-se deserto.

8 de janeiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

207591867

Deliberação (extrato) n.º 219/2014

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, nos termos do n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 73.º, o n.º 1 do artigo 75.º, alínea *b*) do n.º 1 do artigo 76.º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, e ainda em conjugação com o n.º 1 da cláusula 6.º do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro e Regulamento de extensão n.º 1-A/2010, de 2 de março, Julieta Maria Fonseca Rodrigues, com a categoria de assistente técnico da carreira assistente técnica, concluiu com sucesso o período experimental, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para ocupação de posto de trabalho do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., para exercer atividade na Delegação do Sul.

29 de outubro de 2013. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

207589672

Deliberação (extrato) n.º 220/2014

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., (INMLCF, I. P.) em sessão de 26 de novembro de 2013:

Mário Luís Ferreira Pinto Gomes — nos termos do disposto na alínea *d*), n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, ao abrigo do artigo 74.º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, foi autorizada a denúncia do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental, tendo em vista o ingresso na carreira não revista de técnico ajudante de medicina legal, com efeitos a 26 de novembro de 2013.

6 de janeiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

207590084

Deliberação (extrato) n.º 221/2014

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF, I. P.), proferida em sessão de 18 de novembro de 2013:

Prof. Doutor Duarte Nuno Pessoa Vieira — autorizada a passagem ao mapa de pessoal complementar a que alude o artigo 14.º dos Estatutos do INMLCF, I. P., aprovados pela Portaria n.º 19/2013, de 21 de janeiro, mediante a celebração de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, devendo cumprir um horário semanal de 12 horas, com direito à remuneração correspondente a 30 % da 1.ª posição remuneratória da categoria de assistente graduado sénior/chefe de serviço de medicina legal, de acordo com a tabela prevista no Decreto Regu-

lamentar n.º 51-A/2012, de 31 de dezembro, com efeitos a partir de 16 de novembro de 2013, cessando a relação jurídica de emprego público que anteriormente detinha com o INMLCF, I. P.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

8 de janeiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

207591907

Deliberação n.º 222/2014

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P., proferida em sessão de 23 de janeiro de 2012:

Licenciada Luísa Maria Félix Serra, cessa a comissão de serviço como coordenadora do Gabinete Médico-Legal de Leiria, com efeitos a 31 de janeiro de 2012.

Licenciada Ana Sofia da Costa Coelho, nomeada, em comissão de serviço, por um período de três anos a partir de 1 de fevereiro de 2012, coordenadora do Gabinete Médico-Legal de Leiria, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 131/2007, de 27 de abril, tendo em conta o currículo da nomeada e que estão, para o efeito, preenchidos os requisitos previstos no n.º 2 da mesma norma.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

8 de janeiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

207589007

Deliberação (extrato) n.º 223/2014

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, nos termos do n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 73.º, o n.º 1 do artigo 75.º, alínea *c*) do n.º 1 do artigo 76.º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, e ainda em conjugação com o n.º 2 da cláusula 6.º do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro e Regulamento de extensão n.º 1-A/2010, de 2 de março, Maria Rosa da Silva Costa, com a categoria de técnico superior da carreira técnica superior, concluiu com sucesso o período experimental, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para ocupação de posto de trabalho do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., para exercer atividade na Delegação do Sul.

8 de janeiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

207589891

Deliberação (extrato) n.º 224/2014

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, nos termos do n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, e ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 73.º, o n.º 1 do artigo 75.º, alínea *c*) do n.º 1 do artigo 76.º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, e ainda em conjugação com o n.º 2 da cláusula 6.º do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, de 28 de setembro e Regulamento de extensão n.º 1-A/2010, de 2 de março, Rita Martins da Silva, com a categoria de técnico superior da carreira técnica superior, concluiu com sucesso o período experimental, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado para ocupação de posto de trabalho do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., para exercer atividade na Delegação do Sul.

8 de janeiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Administração Geral, *Carlos Dias*.

207589899

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações

Despacho n.º 2276/2014

Para efeitos do disposto no artigo 5.º, e nos termos do artigo 74.º e seguintes, todos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei

n.º 168/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi conferida pelas Leis n.ºs 13/2002, de 19 de fevereiro, 4-A/2003, de 19 de fevereiro, e 67-A/2007, de 31 de dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 56/2008, de 4 de setembro, e em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 76.º do citado código, torna-se público que por despacho de 3 de outubro de 2013 determinei a reversão, a favor de Lucinda de Jesus da Rocha e Sousa, Margarida de Jesus Sousa Pereira Domingues e Aureliano António Sousa Pereira, da área sobrance de 235,70 m² proveniente da parcela 78.03G, cuja utilidade pública com carácter de urgência foi declarada através do Despacho n.º 2513-C/2007, de 29 de janeiro, do então Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 36, de 20 de fevereiro de 2007, por à data ter sido considerada necessária à execução da obra da concessão “SCUT Costa da Prata – ER 1.18 – sublanço IC1/IP1 – (Km 2+000 ao Km 4+700) – Aditamento 7”, situada na freguesia de Canelas, concelho de Vila Nova de Gaia, omissa na matriz rústica (mas já solicitada a respetiva inscrição) e descrita na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia, sob a ficha n.º 3548/20090423.

31 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, *Sérgio Paulo Lopes da Silva Monteiro*.
207587728

Despacho n.º 2277/2014

Para efeitos do disposto no artigo 5.º, e nos termos do artigo 74.º e seguintes, todos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi conferida pelas Leis n.ºs 13/2002, de 19 de fevereiro, 4-A/2003, de 19 de fevereiro, e 67-A/2007, de 31 de dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 56/2008, de 4 de setembro, e em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 76.º do citado código, torna-se público que por despacho de 3 de outubro de 2013 determinei a reversão, a favor de Lucinda de Jesus da Rocha e Sousa, Margarida de Jesus Sousa Pereira Domingues e Aureliano António Sousa Pereira, da área sobrance de 58,50 m² proveniente da parcela 77.10, cuja utilidade pública com carácter de urgência foi declarada através do Despacho n.º 2513-C/2007, de 29 de janeiro, do então Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 36, de 20 de fevereiro de 2007, por à data ter sido considerada necessária à execução da obra da concessão “SCUT Costa da Prata – ER 1.18 – sublanço IC1/IP1 – (Km 2+000 ao Km 4+700) – Aditamento 7”, situada na freguesia de Canelas, concelho de Vila Nova de Gaia, omissa na matriz rústica (mas já solicitada a respetiva inscrição) e descrita na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia, sob a ficha n.º 3548/20090423.

31 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, *Sérgio Paulo Lopes da Silva Monteiro*.
207587671

Direção Regional da Economia do Norte

Édito n.º 64/2014

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de junho, pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, pela Lei n.º 30/2006, de 11 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 101/2007, de 2 de abril, estará patente na Secretaria de Município de Mondim de Basto e no Ministério da Economia — Direção Regional da Economia do Norte, Rua Direita do Viso, 120, 4269-002 Porto, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação deste édito no “Diário da República”, o projeto apresentado por EDP Distribuição — Energia, SA, Direção de Rede e Clientes Norte, para o estabelecimento da LN Aérea a 15 KV, para o PTC MDB 0043 — ATEI — Sobreira (Modificação), na freguesia de Atei, concelho de Mondim de Basto, a que se refere o Processo n.º EPU/37772.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Regional ou na Secretaria daquele Município, dentro do citado prazo.

14 de janeiro de 2014. — A Diretora de Serviços de Energia, *Georgina Maria de Campos Corujeira*.

307584633

Édito n.º 65/2014

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo

Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 446/76, de 5 de junho, pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, pela Lei n.º 30/2006, de 11 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 101/2007, de 2 de abril, estará patente na Secretaria de Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa Câmara Municipal de Penedono e no Ministério da Economia — Direção Regional da Economia do Norte, Rua Direita do Viso, 120, 4269-002 Porto, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação deste édito no “Diário da República”, o projeto apresentado por EDP Distribuição — Energia, S. A., Direção de Rede e Clientes Mondego, para o estabelecimento da LN Aérea a 30 KV, Interligação, Quinta do Campelo (VLF 121) — Trancosã (41/PND), nas freguesias de Cedovim, Horta do Douro e Souto, concelhos de Vila Nova de Foz Côa e Penedono, a que se refere o Processo n.º EPU/37795.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Regional ou na Secretaria daquele Município, dentro do citado prazo.

23 de janeiro de 2014. — A Diretora de Serviços de Energia, *Georgina Maria de Campos Corujeira*.

307585524

Direção Regional da Economia do Algarve

Édito n.º 66/2014

Processo EPU n.º 3981

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do artigo 19.º do Regulamento de Licenças para Instalações Elétricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de julho de 1936, com redação dada pela Portaria n.º 344/89, de 13 de maio, estará patente na Secretaria do Município de Loulé e nesta Direção Regional, sita em Rua Prof. António Pinheiro e Rosa, 8005-546 Faro, com o telefone 289896600, fax 289896690, e-mail dre-algarve@drealg.min-economia.pt, todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação deste édito no “Diário da República”, o projeto apresentado pela EDP Distribuição — Energia, SA, para o estabelecimento de Linha Aérea a 15 kV, FR15-201-21 Rocha Momprole 3, com 14.06 metros, a partir do apoio n.º P32 da Linha FR15-201 ao PTD LLE 1080; PTD LLE 1080 Rocha Momprole 3, tipo AÉREO — R250 com 160.00 kVA/15 kV; RBT LLE 1080 Rocha Momprole 3 (injeções), a estabelecer em Lagoa de Monprole, freguesia de São Sebastião, concelho de Loulé, a que se refere o processo mencionado em epígrafe.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projeto deverão ser presentes nesta Direção Regional da Economia ou na Secretaria daquele Município, dentro do citado prazo.

24 de janeiro de 2014. — O Diretor de Serviços de Energia, *Carlos Mascote*.

307584771

Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.

Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Norte

Aviso (extrato) n.º 2143/2014

Por despacho de 27-12-2013, da Sr.ª Vogal do Conselho Diretivo, do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., e de acordo com o Regulamento de Transportes em Automóveis, foi outorgada em regime regular, a carreira entre Tarouca e Vila Chã da Beira, requerida pela empresa E. A. V. T. — Empresa Automobilista de Viação e Turismo, L.ª, com sede no Largo da Vitória, 3, concelho de Lamego.

22 de janeiro de 2014. — O Diretor Regional, *Fernando Lucas Oliveira*.

307562236

Aviso (extrato) n.º 2144/2014

Por despacho de 27 de dezembro de 2013 da Sr.ª Vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P., e de acordo com o Regulamento de Transportes em Automóveis, foi outorgada em regime provisório, por dois anos, a carreira entre S. Gião e Várzea, requerida pela empresa E. A. V. T. — Empresa Automobilista de Viação e Turismo, L.ª, com sede no Largo da Vitória, 3, concelho de Lamego.

22 de janeiro de 2014. — O Diretor Regional, *Fernando Lucas Oliveira*.
307562106